

PORTARIA Nº 381 DE 28 DE ABRIL DE 2023

Outorga à SANTO ANTONIO AGROPECUARIA LTDA, o direito de uso dos Recursos Hídricos para derivação de água no córrego sem denominação, afluente do Rio do Peixes.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, **LILIAN FERREIRA DOS SANTOS**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria no 34 de 23 de janeiro de 2018, e

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 784, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas;

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 119, de 07 de novembro de 2019, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos administrativos de outorga de uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado de Mato Grosso e disciplina o uso do SIGA HÍDRICO;

Considerando o Parecer Técnico nº 762/2023 de 27 de abril de 2023, do processo SIGA HÍDRICO Nº 757/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar à SANTO ANTONIO AGROPECUARIA LTDA, CNPJ: 09.913.299/0001-40, doravante denominado Outorgado, o direito de uso dos Recursos Hídricos para derivação de água no córrego sem denominação, afluente do Rio do Peixes, bacia hidrográfica amazônica UPG – A-12 (Arinos), município de Juara, com a finalidade de geração de energia hidrelétrica para uma potência instalada de 3,00 MW, com as seguintes características:

I - Coordenadas Geográficas do ponto de derivação: Lat. 10°45'04,87"S e Long. 57°41'03,26"W, no córrego sem denominação afluente pela margem esquerda do Rio dos Peixes;

II - As vazões remanescentes no trecho de vazão reduzida serão de acordo com a tabela 2 em anexo;

III - A manutenção da vazão mínima no trecho de vazão reduzida deve ser prioritária à geração de energia;

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 27 de abril de 2033, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;

II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;

III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;

IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;

II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º A outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020.

Art. 8º A outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 28 de abril de 2023.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE...

LILIAN FERREIRA DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

GSALARH/SEMA-MT

ANEXO

Tabela 1 – série de vazões médias mensais- CGH Água Fria (m³/s) A = 30,00 km²

Mês/Vazão	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Média	1,50	1,90	2,07	1,89	1,13	0,66	0,40	0,25	0,22	0,27	0,44	0,89
Q95%	0,18											

Tabela 2 – Vazão Remanescente – saída da barragem

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Vazão (m ³ /s)	0,15	0,19	0,21	0,19	0,11	0,07	0,04	0,03	0,02	0,03	0,04	0,09

Documento assinado eletronicamente por **Lilian Ferreira dos Santos**, em 03/05/2023 as 11:37:21.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal-web.apps.ocp.sema.mt.gov.br#/verificar-documento> informando o código verificador **IL4HW4E76** e o código CRC **DB2E5959**.